Informação Jurídica e Acesso a Direitos no Meio Rural: limites à autonomia privada e implicações para a cidadania patrimonial

Legal Information and Access to Rights in Rural Areas: Limits to Private Autonomy and Implications for Property Citizenship

Poliana Figura Novato da Luz[1]

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG-Toledo). Toledo, Paraná (PR), Brasil

Kristianno Fireman Tenório

Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz (FAG-Toledo). Toledo, Paraná (PR), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O acesso à informação jurídica é fundamental para o exercício da cidadania, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, como o meio rural. Este estudo analisa como a insuficiência de informação jurídica impacta a autonomia privada e o acesso a direitos patrimoniais. Trata-se de pesquisa bibliográfica realizada na base SciELO, com aplicação de filtros temporais, tipológicos e temáticos. Após a etapa de triagem por leitura de títulos e resumos, foram selecionados estudos aderentes ao problema de pesquisa. Os resultados indicam que barreiras informacionais, linguagem jurídica complexa e limitações institucionais contribuem para a reprodução de desigualdades no acesso ao direito, restringindo decisões informadas. Conclui-se que a ampliação da informação jurídica e sua simplificação são essenciais para fortalecer a autonomia e a equidade no meio rural.
Palavras-chave: informação jurídica, acesso à justiça, autonomia privada, meio rural, desigualdade.

Abstract: Access to legal information is essential for the exercise of citizenship, especially in socioeconomically vulnerable contexts such as rural areas. This study analyzes how insufficient legal information affects private autonomy and access to property rights. It is a bibliographic research conducted in the SciELO database, applying temporal, typological, and thematic filters. After a screening process based on title and abstract reading, relevant studies were selected. The results show that informational barriers, complex legal language, and institutional limitations contribute to inequalities in access to law, restricting informed decision-making. It is concluded that expanding and simplifying legal information is essential to strengthen autonomy and promote equity in rural contexts.
Keywords: legal information, access to justice, private autonomy, rural context, inequality.

1. Introdução

O acesso à justiça constitui elemento central para a efetivação da cidadania e dos direitos fundamentais (Cappelletti; Garth, 1988), estando diretamente relacionado à capacidade dos indivíduos de compreender e mobilizar o direito em suas relações sociais. Nesse contexto, o acesso à informação jurídica assume papel estruturante no Estado democrático, uma vez que a transparência e a publicidade são condições essenciais para o exercício da cidadania (Bobbio,

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Araucária - Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, através do programa PIBIC/PIBITI.

2000). Contudo, a linguagem jurídica, marcada por tecnicidade e formalismo, limita sua compreensão, especialmente em contextos de desigualdade (Santos, 2007). A limitação informacional compromete a expansão das capacidades individuais e restringe o exercício da autonomia privada (Sen, 2000; Sarlet, 2012). No meio rural, tais limitações se intensificam em razão das desigualdades territoriais e da menor disponibilidade de serviços jurídicos, o que reforça a dependência de intermediários e a reprodução de assimetrias sociais (Veiga, 2002; Abramovay, 2003).

Diante desse cenário, o estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a limitação no acesso à informação jurídica influencia a autonomia privada e o exercício de direitos patrimoniais no meio rural? A problemática dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 16 e o ODS 10 (ONU, 2015), ao evidenciar que a informação jurídica constitui condição essencial para a promoção da justiça e redução das desigualdades.

2. Revisão da Teórica

O acesso ao direito no meio rural exige abordagens que ultrapassem a dimensão normativa, incorporando elementos institucionais e socioeconômicos. North (1990) destaca que estruturas formais e informais condicionam o acesso a recursos, incluindo o direito.

3. Metodologia

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória, baseada em revisão bibliográfica na base SciELO. Foram utilizados descritores em português e inglês relacionados à informação jurídica, acesso à justiça, autonomia privada e educação jurídica, combinados com operadores de busca. Aplicaram-se filtros de acesso aberto, recorte temporal entre 2015 e 2026, tipo de documento (artigos) e área do Direito. A busca resultou em 4.661 registros iniciais, sendo selecionados 9 artigos após aplicação de critérios de elegibilidade e triagem por títulos e resumos, compondo o corpus final da pesquisa.

4. Análise de Resultados

Os resultados evidenciam que a informação jurídica constitui elemento estruturante para a efetivação de direitos, sendo condicionada por fatores institucionais, sociais e educacionais.

A análise dos estudos permitiu identificar três eixos centrais: barreiras informacionais, impactos sociais e formação jurídica.

No primeiro eixo, verifica-se que a existência formal de mecanismos de transparência não assegura o acesso efetivo ao direito, em razão da complexidade da linguagem jurídica, da baixa usabilidade dos sistemas e da ausência de mediação adequada (Sousa; Nakano; Silva; Schiessl; Macêdo, 2024; Soares Filho; Araújo, 2025.). Além disso, limitações na organização das informações públicas dificultam sua compreensão (Weber; Machado; Pereira, 2021). Iniciativas como o Visual Law contribuem para a simplificação, mas não superam as desigualdades estruturais (Viola; Sales; Shintaku, 2024). No segundo eixo, observa-se que a limitação informacional impacta diretamente as relações sociais, sobretudo em contextos rurais, nos quais a efetivação de direitos depende frequentemente de intermediários (Lopes, 2025). A ausência de letramento jurídico leva à celebração de atos sem plena compreensão, reforçando vulnerabilidades (Pérez, 2022).

No terceiro eixo, identifica-se que a formação jurídica ainda é marcada por modelos tradicionais pouco conectados à realidade social (Mendonça; Adaid, 2018). Políticas de inclusão ampliam o acesso, mas não garantem, por si só, a formação necessária para o uso efetivo do direito (Brito; Sousa; Santos, 2022). Estudos internacionais apontam fragilidades institucionais na efetivação de direitos, mesmo diante de marcos normativos existentes (Upadhyay; Trivedi; Molia, 2023). De forma integrada, os resultados indicam que a limitação informacional atua como mecanismo de reprodução de desigualdades, restringindo a autonomia privada e comprometendo a efetividade dos direitos.

5. Considerações finais

Conclui-se que o acesso à informação jurídica constitui condição essencial para a efetivação dos direitos fundamentais, não se limitando à sua disponibilização formal, mas envolvendo aspectos relacionados à linguagem, à mediação e à capacidade de compreensão dos indivíduos. No plano científico, o estudo contribui ao integrar informação jurídica, relações sociais e formação educacional como dimensões interdependentes do acesso à justiça. No plano prático, evidencia-se a necessidade de políticas públicas voltadas à simplificação da linguagem jurídica, ao fortalecimento do letramento jurídico e à ampliação da mediação informacional, especialmente em contextos rurais. A democratização da informação jurídica, portanto, revela-

se elemento central para a redução das desigualdades e para a promoção de uma cidadania substantiva.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
BRITO, L. G.; SOUSA, F. C. de; SANTOS, T. L. C. Acesso ao ensino superior: efetividade normativa das cotas socioeconômicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 12, n. 4, 2022.
CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça.** Porto Alegre: Fabris, 1988.
LOPES, M. R. Pleiteando direitos e lidando com burocracias: O acesso à aposentadoria rural pelos segurados especiais do Marajó, Pará. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v.16, 2. ed. 2025.
MENDONÇA, Samuel; ADAID, F. A. P. Tendências teóricas sobre o ensino jurídico entre 2004 e 2014: busca pela formação crítica. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 14, n. 3, 2018.
NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.
PÉREZ, Camila. **"Acá la gente firma cualquier cosa": la importancia del taller de alfabetización jurídica en una cárcel de la provincia de Buenos Aires.** Dilemas, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, 2022.
SANTOS, B. S. **Para uma revolução democrática da justiça.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
SOARES FILHO, José; ARAÚJO, P. C. **AS BARREIRAS INFORMACIONAIS ENFRENTADAS PELO INTERAGENTE DA JUSTIÇA DURANTE O USO DO SITE INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E DO PARANÁ.** Perspectivas em Ciência da Informação, Curitiba, v. 20, 2025.
SOUSA, R. P. M; NAKANO, Natalia; SILVA, N. C. M; SCHIESSL, I. T; MACÊDO, D.J; SHINTAKU, Milton. **A comunicação jurídica e a democratização da informação por meio do Visual law.** Em Questão, Rio Grande do Sul, v. 30. 2024.
UPADHYAY, V. K; TRIVEDI, Vikas; MOLIA, Tarkesh. Redressal of sexual harassment at the workplace: a study of legal educational institutions in Ahmedabad, Gujarat. **Revista Direito GV**, São Paulo, 2023.
VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.
VIOLA, C. M. M; SALES, L. F.; SHINTAKU, Milton. **DADOS JURÍDICOS NA PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: CONCEITO E TIPOLOGIA COM VISTAS À AGENDA 2030**. Encontros Bibli, Rio de Janeiro, 2024.
WEBER, A. S; MACHADO, M. S.; PEREIRA, C. R. R. **A Experiência da Coparentalidade na Guarda Compartilhada.** Psicologia: Ciência e Profissão, Rio Grande do Sul, v. 41, 2021.